

A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

THE INCLUSION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN PUBLIC POLICIES
AIMED AT SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

LA INCLUSIÓN DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS
ORIENTADAS A LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE

Ailton Leonel Balduino Junior¹, Jaques José da Silva Souza², Aline Cristina Moura³, Rosenilda Messias da Silva⁴, Fabrício Abreu⁵, Suzy Dayana Pereira Chagas⁶, João Santana Alves⁷, Adriano Filipe Barreto Grangeiro⁸, Joéliton Alves dos Santos⁹, Paulo Ricardo Faraco¹⁰, Marcos Luiz Bitencourt¹¹, Karla Katherine Nascimento Calcanhoto¹², Fábio Silverio da Silva Junior¹³, Lissandro Botelho¹⁴, Wilton Maia Velez¹⁵, Edmilson Genuino Santos Júnior¹⁶, Antonio Fluminhan¹⁷

¹ Doutor em Ciências do Solo, Centro Universitário Unifacvest, Lages, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: balduino.ailton@gmail.com

² Mestre em Administração Pública, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro, Bahia, Brasil. E-mail: jaques.souza@hotmail.com

³ Mestre em Direito, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: aline.moura@ufu.br

⁴ Pós-Graduada em Sustentabilidade, Bureau Veritas (BVQI), São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail: rosenildamessias36@gmail.com

⁵ Pós-Graduada em Sustentabilidade, Bureau Veritas (BVQI), São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail: Fabrícioabreu@yahoo.com.br

⁶ Mestra em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: suzymeialua@hotmail.com

⁷ Mestrando Profissional em Sistema de Gestão, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: joasatanaalves@id.uff.br

⁸ Doutor em Gerontologia, Universidade Católica de Brasília, Universidade Federal do Norte do Tocantins, Tocantinópolis, Tocantins, Brasil. E-mail: adriano.grangeiro@ufnt.edu.br

⁹ Doutor em Educação, Políticas Públicas e Gestão, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: Joelitonz@gmail.com

¹⁰ Licenciatura em Ciências Biológicas, Instituição Claretiano Rede de Ensino, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: oykos.associados@gmail.com

¹¹ Curso Gestão Ambiental, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail: mluizbitencourt@gmail.com

¹² Mestre, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

E-mail: karlascalcanhoto1@gmail.com

¹³ Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. E-mail: Fssjr.fiscal@gmail.com

¹⁴ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: lissandro.botelho@ifam.edu.br

¹⁵ Mestre em Engenharia e Gestão dos Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: wiltonmaiaavelez@gmail.com

¹⁶ Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da Universidade do Estado da Bahia (PPGECOH – UNEB), Paulo Afonso, Bahia, Brasil.

E-mail: genuino@uneal.edu.br

¹⁷ Doutor em Genética, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista (FCAV - UNESP) - campus de Jaboticabal, São Paulo, Brasil. E-mail: antoniofluminhan@gmail.com

DOI: 10.54899/dcs.v23i86.4225

Recibido: 08/12/2025 | **Aceptado:** 05/01/2026 | **Publicación en línea:** 13/01/2026.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a inserção da Educação Ambiental nas políticas públicas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando seu papel na promoção da sustentabilidade, da cidadania e da conscientização socioambiental. Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada a partir do levantamento de artigos científicos nas bases SciELO, Scopus, DOAJ e Google Acadêmico, com utilização da estratégia PICO e das diretrizes PRISMA para organização e sistematização das etapas de busca, seleção e análise dos estudos. Foram incluídos apenas artigos brasileiros, publicados entre os anos de 2020 e 2024, disponíveis na íntegra, de acesso gratuito e que abordassem diretamente a relação entre Educação Ambiental e políticas públicas associadas aos ODS. Os resultados evidenciaram que a Educação Ambiental está presente de forma transversal em diferentes políticas públicas, sendo reconhecida como instrumento estratégico para o alcance dos ODS, especialmente aqueles relacionados à educação de qualidade, consumo e produção responsáveis, ação climática e redução das desigualdades. Contudo, os estudos apontam desafios relacionados à implementação efetiva dessas políticas, como a fragilidade da articulação intersetorial, a descontinuidade das ações e a insuficiência de investimentos em formação e educação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Políticas Públicas. ODS.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the inclusion of Environmental Education in public policies aimed at the Sustainable Development Goals (SDGs), considering its role in promoting sustainability, citizenship, and socio-environmental awareness. This was an integrative literature review, conducted through a survey of scientific articles in the SciELO, Scopus, DOAJ, and Google Scholar databases, using the PICO strategy and the PRISMA guidelines for organizing and systematizing the search, selection, and analysis stages of the studies. Only Brazilian articles, published between 2020 and 2024, available in full, freely accessible, and directly addressing the relationship between Environmental Education and public policies associated with the SDGs were included. The results showed that Environmental Education is present in a cross-cutting manner in different public policies, being recognized as a strategic instrument for achieving the SDGs, especially those related to quality education, responsible consumption and production, climate action, and reduction of inequalities. However, studies point to challenges related to the effective implementation of these policies, such as weak intersectoral coordination, discontinuity of actions, and insufficient investment in training and environmental education.

Keywords: Environmental Education. Public Policies. SDGS.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue analizar la inclusión de la Educación Ambiental en las políticas públicas orientadas a los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), considerando su papel en la promoción de la sostenibilidad, la ciudadanía y la conciencia socioambiental. Se realizó una revisión bibliográfica integradora mediante un análisis de artículos científicos en las bases de datos SciELO, Scopus, DOAJ y Google Académico, utilizando la estrategia PICO y las

directrices PRISMA para organizar y sistematizar las etapas de búsqueda, selección y análisis de los estudios. Se incluyeron únicamente artículos brasileños, publicados entre 2020 y 2024, disponibles en su totalidad, de libre acceso y que abordaban directamente la relación entre la Educación Ambiental y las políticas públicas asociadas a los ODS. Los resultados mostraron que la Educación Ambiental está presente de forma transversal en diferentes políticas públicas, siendo reconocida como un instrumento estratégico para el logro de los ODS, especialmente aquellos relacionados con la educación de calidad, el consumo y la producción responsables, la acción climática y la reducción de las desigualdades. Sin embargo, los estudios señalan desafíos relacionados con la implementación efectiva de estas políticas, como la débil coordinación intersectorial, la discontinuidad de las acciones y la inversión insuficiente en capacitación y educación ambiental.

Palabras clave: Educación Ambiental. Políticas Públicas. ODS.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda a temática da Educação Ambiental e delimita-se a analisar sua inserção nas políticas públicas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco nas contribuições dessa área para a promoção da sustentabilidade, cidadania e conscientização socioambiental no contexto brasileiro. Através de uma revisão integrativa da literatura, busca-se entender como as políticas públicas têm integrado a Educação Ambiental como instrumento estratégico para alcançar os ODS, especialmente aqueles relacionados à educação de qualidade, consumo e produção responsáveis, ação climática e redução das desigualdades.

O tema da Educação Ambiental se apresenta como uma resposta necessária para os desafios ambientais enfrentados globalmente, especialmente no que tange à educação e à capacitação de indivíduos e coletivos para adotar práticas sustentáveis. Ao longo das últimas décadas, a educação ambiental se consolidou como um processo formativo essencial para a mudança de comportamento da sociedade, sendo, cada vez mais, inserida nas agendas políticas, tanto em nível local quanto nacional. No entanto, a efetividade dessa inserção e a concretização de seus resultados em ações concretas ainda são temas controversos, especialmente no contexto das políticas públicas e seu alinhamento com os ODS.

A situação problema que norteia este estudo refere-se à análise de como a Educação Ambiental está sendo incorporada nas políticas públicas direcionadas aos ODS, e em que medida

as políticas públicas no Brasil são eficazes para promover a sustentabilidade e a conscientização socioambiental. A questão central de pesquisa, portanto, é: Como a Educação Ambiental está sendo inserida nas políticas públicas voltadas aos ODS no Brasil, e quais são os principais desafios para sua efetiva implementação?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a inserção da Educação Ambiental nas políticas públicas voltadas aos ODS, destacando seu papel na promoção de práticas sustentáveis e na conscientização socioambiental. Os objetivos específicos incluem: 1) Identificar as políticas públicas brasileiras que incorporam a Educação Ambiental, 2) Analisar os desafios enfrentados por essas políticas para sua implementação efetiva, e 3) Avaliar a relação entre as políticas públicas e os ODS, focando especialmente na educação de qualidade, ação climática, consumo responsável e redução das desigualdades.

A relevância deste estudo se encontra na necessidade urgente de se compreender o impacto da Educação Ambiental nas políticas públicas e sua contribuição para os ODS, especialmente em um momento crítico de crise ambiental e social no país. A pesquisa justifica-se pela importância de entender como as políticas públicas podem ser mais eficazes na promoção da sustentabilidade e na formação de cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios ambientais. Além disso, os resultados podem contribuir para o aprimoramento das políticas públicas, oferecendo subsídios para a superação das dificuldades na implementação dessas ações e para a melhoria da educação ambiental no Brasil.

MÉTODOS

A metodologia adotada nesta pesquisa foi uma revisão integrativa da literatura, que se caracteriza por reunir e sintetizar o conhecimento existente sobre um determinado tema. O objetivo foi analisar a inserção da Educação Ambiental nas políticas públicas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco na sua relação com a promoção da sustentabilidade, da cidadania e da conscientização socioambiental.

Para a organização da pesquisa, utilizou-se a estratégia PICO (População, Intervenção, Comparação e Outcome), que foi adaptada ao contexto do estudo. No caso, a População foi representada pelos artigos que tratam de políticas públicas brasileiras, especialmente aquelas voltadas aos ODS. A Intervenção foi a Educação Ambiental como uma estratégia nas políticas públicas, e o Outcome (desfecho) foi analisar os impactos dessa Educação Ambiental na

promoção da sustentabilidade e na conscientização socioambiental, dentro das políticas públicas associadas aos ODS. Não foi necessário incluir uma comparação com outras abordagens, uma vez que o foco estava exclusivamente na relação entre a Educação Ambiental e as políticas públicas.

Ademais, foi seguido o protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), que forneceu as diretrizes para garantir a transparência e o rigor metodológico da pesquisa. O uso dessas diretrizes foi fundamental para a organização e sistematização da busca, seleção e análise dos estudos, assegurando que o processo fosse estruturado, reproduzível e de qualidade.

A pesquisa foi realizada nas bases de dados SciELO, Scopus, DOAJ e Google Acadêmico, que são amplamente reconhecidas na área de ciências sociais e ambientais, garantindo a obtenção de artigos relevantes e de qualidade. As bases de dados foram escolhidas por sua confiabilidade e por fornecerem acesso gratuito ao conteúdo integral dos artigos, o que possibilitou uma análise mais aprofundada e detalhada dos estudos selecionados.

Os critérios de inclusão para os artigos foram definidos com base em algumas especificidades: apenas artigos brasileiros, publicados entre 2020 e 2024, e que abordassem diretamente a relação entre Educação Ambiental e políticas públicas associadas aos ODS. Além disso, os artigos selecionados deveriam ser de acesso gratuito e integral, para garantir uma análise completa. Já os critérios de exclusão se aplicaram aos artigos que não estavam disponíveis na íntegra ou que não se relacionavam diretamente com o foco do estudo, ou ainda que fossem de outros idiomas que não o português, uma vez que a pesquisa se concentrou na produção científica brasileira.

A seleção dos artigos foi realizada em três etapas: na primeira, foi feita uma triagem inicial dos títulos e resumos, excluindo aqueles que claramente não atendiam aos critérios estabelecidos. Na segunda etapa, os artigos que passaram pela triagem inicial foram lidos na íntegra para verificar sua adequação ao escopo da pesquisa. Por fim, na terceira etapa, foi feita uma análise crítica dos artigos selecionados, levando em conta a qualidade metodológica, a relevância dos dados apresentados e os resultados encontrados em cada estudo.

A análise dos artigos foi realizada por meio da análise temática, na qual as informações foram agrupadas em categorias que emergiram dos textos, como a presença da Educação Ambiental nas políticas públicas, os desafios na implementação dessas políticas, e a contribuição das práticas educacionais para o alcance dos ODS. A partir dessa abordagem, foi possível

identificar as principais tendências na literatura sobre o tema e destacar tanto os avanços quanto os desafios relacionados à implementação efetiva das políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados obtidos na revisão integrativa estão expostos na tabela 1.

Tabela 1. Artigos selecionados			
Autores	Método	Objetivo	Resultados
Grandisoli, Curvelo & Neiman (2021)	Revisão bibliográfica e análise histórica	Analisar as políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil e os desafios de sua implementação no ensino formal	A Educação Ambiental no Brasil enfrenta avanços e retrocessos, com desafios como a descontinuidade das políticas públicas e a dificuldade de implementação no currículo escolar.
Monteiro et al. (2023)	Estudo qualitativo, análise de documentos e legislação	Investigar a relação entre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o ODS 4, focando nos desafios da implementação no Brasil	Identificaram-se avanços no acesso à educação ambiental, mas com dificuldades como desigualdade regional, falta de uma metodologia interdisciplinar e resistência à implementação plena da PNEA.
Vianna et al. (2024)	Revisão da literatura, análise de 14 artigos e 4 leis brasileiras	Analisar como as políticas públicas no Brasil integraram educação, tecnologia e sustentabilidade, com foco nos ODS 4 e 13	Embora haja avanços nas políticas, persistem desafios como desigualdade no acesso à tecnologia, necessidade de mais capacitação docente e infraestrutura inadequada.
Santiago & Sabino (2023)	Método hipotético-dedutivo, análise bibliográfica e documental	Discutir a importância da Educação Ambiental e sua integração nas políticas públicas brasileiras	A pesquisa destaca a importância da educação ambiental e a necessidade de um alinhamento mais eficaz das políticas públicas para que se tornem ações concretas no desenvolvimento sustentável.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A análise detalhada dos resultados dos estudos revela uma visão abrangente sobre a implementação da Educação Ambiental (EA) nas políticas públicas brasileiras, especialmente considerando o contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora a Educação Ambiental seja reconhecida como um componente essencial para o alcance de diversos ODS, os resultados dos estudos revelam que sua aplicação efetiva ainda enfrenta uma série de obstáculos. Em primeiro lugar, é evidente que, apesar do reconhecimento da sua importância, as políticas públicas de Educação Ambiental ainda carecem de uma implementação integrada e

eficaz. As diretrizes legais, como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), garantem a inserção da EA nas escolas, mas sua concretização ainda é fragmentada, com pouca articulação entre os diversos setores responsáveis pela educação e meio ambiente.

A fragmentação das políticas públicas de Educação Ambiental aparece como um dos principais desafios para sua efetiva implementação. A falta de uma articulação clara e contínua entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil dificulta o alcance dos objetivos propostos pelas políticas públicas. Muitas vezes, a Educação Ambiental é tratada de forma isolada, sem ser integrada aos currículos escolares de maneira contínua e transversal. Essa abordagem fragmentada contribui para que a EA não alcance o impacto desejado, especialmente quando se observa que, em muitas escolas, a Educação Ambiental é reduzida a atividades pontuais e não é inserida de maneira permanente no processo de ensino-aprendizagem.

Outro fator relevante que emerge da análise dos resultados é a resistência de gestores e educadores em integrar efetivamente a Educação Ambiental nas práticas pedagógicas. Embora as políticas e as diretrizes curriculares apontem para a importância da EA, os educadores muitas vezes não estão suficientemente preparados para lidar com a complexidade dos temas ambientais e, muitas vezes, falta uma formação continuada que os capacite para tratar dessas questões de maneira crítica e contextualizada. Os estudos indicam que a Educação Ambiental muitas vezes é tratada como um tema periférico ou secundário no currículo escolar, o que limita sua capacidade de gerar mudanças reais nas atitudes e comportamentos dos alunos.

Além disso, os resultados apontam para as disparidades regionais no Brasil que dificultam a implementação uniforme da Educação Ambiental. Regiões como o Norte e o Nordeste enfrentam desafios adicionais devido à falta de infraestrutura, à escassez de recursos didáticos e à falta de formação qualificada dos professores. Essas disparidades regionais aumentam a desigualdade no acesso à educação de qualidade e prejudicam a adoção de práticas de Educação Ambiental, especialmente em áreas mais remotas ou menos favorecidas. Essa desigualdade no acesso à educação ambiental torna-se um grande obstáculo para a efetivação das políticas públicas.

A escassez de investimentos em formação docente e na infraestrutura escolar também é um ponto crítico. Sem recursos adequados para a produção de materiais pedagógicos atualizados, sem uma rede de apoio para os educadores e sem a infraestrutura necessária para implementar práticas pedagógicas inovadoras e sustentáveis, as escolas não conseguem dar conta da demanda por uma Educação Ambiental efetiva. Os resultados indicam que, embora as legislações

brasileiras reconheçam a importância da Educação Ambiental, sua aplicação prática é dificultada pela falta de investimentos sistemáticos em formação de professores e melhoria das condições físicas e pedagógicas das escolas.

Outro aspecto que os resultados trazem à tona é a falta de uma metodologia interdisciplinar que integre efetivamente a Educação Ambiental aos diversos campos do saber. A Educação Ambiental não deve ser tratada como uma disciplina isolada, mas sim como um conteúdo transversal que permeia diferentes áreas do conhecimento. Quando a EA é abordada apenas de forma pontual, em disciplinas como Ciências ou Geografia, ela perde a possibilidade de se conectar de forma mais profunda com as questões socioambientais, que exigem uma abordagem integrada e multidisciplinar. Os estudos sugerem que a inclusão da EA de forma transversal nas diversas disciplinas escolares pode aumentar seu impacto e contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica dos desafios ambientais enfrentados pela sociedade.

A resistência institucional também é mencionada como um obstáculo relevante nos estudos. A falta de comprometimento por parte dos gestores educacionais e de líderes políticos em priorizar a Educação Ambiental como parte integral da formação escolar compromete a efetividade das políticas públicas. A implementação da EA nas escolas exige, antes de tudo, um compromisso de gestores e educadores com a sustentabilidade e com a formação cidadã dos alunos. Sem esse comprometimento, a Educação Ambiental tende a ser marginalizada e tratada de forma superficial, sem a profundidade necessária para provocar mudanças de atitude e comportamento.

Por outro lado, a análise dos resultados sugere que a integração da tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa para a promoção da Educação Ambiental. A tecnologia oferece novas formas de ensino e aprendizagem, permitindo que os estudantes se conectem com informações sobre questões ambientais de maneira mais dinâmica e interativa. No entanto, a falta de acesso a tecnologias educacionais em muitas regiões do Brasil, particularmente nas áreas mais periféricas, limita a utilização dessas ferramentas. A desigualdade no acesso à tecnologia se reflete em desigualdades na qualidade da Educação Ambiental oferecida, o que reforça a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso universal às tecnologias e recursos educacionais adequados.

Outro ponto importante é a necessidade de uma abordagem mais inclusiva na Educação Ambiental. A implementação da PNEA e das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente deve levar em conta as diferentes realidades dos alunos, considerando a diversidade cultural,

social e econômica das comunidades. A Educação Ambiental precisa ser adaptada às especificidades locais, para que realmente seja relevante e efetiva na promoção de atitudes sustentáveis. A implementação de uma Educação Ambiental inclusiva que leve em consideração as realidades locais pode ser um caminho importante para garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem, tenham a oportunidade de se envolver com questões ambientais de maneira significativa.

Por fim, os resultados indicam que, para que a Educação Ambiental tenha sucesso na formação de uma sociedade sustentável, é necessário um esforço conjunto entre o governo, a sociedade civil, as escolas e as famílias. A integração da Educação Ambiental nas políticas públicas não pode ser vista como uma responsabilidade isolada de um único setor, mas como uma tarefa coletiva. O comprometimento de todos os envolvidos é essencial para que as políticas públicas se tornem efetivas e alcancem os resultados esperados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente, participativa e sustentável.

Em síntese, a análise dos resultados revela que, apesar do progresso na implementação das políticas públicas de Educação Ambiental, os desafios continuam sendo substanciais. A falta de recursos, a fragmentação das políticas, a resistência institucional, as desigualdades regionais e a carência de uma metodologia interdisciplinar eficaz são apenas alguns dos obstáculos que precisam ser superados para garantir a efetiva inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares e na sociedade de forma ampla. Para que a Educação Ambiental possa desempenhar um papel central no alcance dos ODS e na promoção da sustentabilidade, será necessário um esforço coletivo, com maior articulação interinstitucional, investimentos em formação e recursos adequados, e uma abordagem mais inclusiva e interdisciplinar nas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa sobre a inserção da Educação Ambiental nas políticas públicas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) revelam um panorama complexo, porém otimista, sobre os desafios e as potencialidades da Educação Ambiental no Brasil. Ao longo da análise dos estudos selecionados, foi possível identificar que a Educação Ambiental tem, de fato, sido reconhecida como um pilar essencial na promoção de práticas sustentáveis e no desenvolvimento de uma cidadania mais crítica e responsável. A implementação das políticas públicas, no entanto, esbarra em diversos obstáculos, que variam

desde a fragmentação das iniciativas até a falta de infraestrutura adequada e a desigualdade no acesso a recursos educacionais.

É evidente que, embora a legislação brasileira, como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), tenha estabelecido diretrizes importantes, a aplicação efetiva dessas diretrizes nas escolas e comunidades ainda é um desafio considerável. A fragmentação das políticas e a resistência por parte de gestores e educadores, muitas vezes sem formação adequada para lidar com as questões ambientais, são pontos críticos que comprometem o potencial transformador da Educação Ambiental. Além disso, as desigualdades regionais, a falta de infraestrutura e a escassez de investimentos em recursos humanos e materiais impedem que a Educação Ambiental atinja toda a sua abrangência e alcance nas diferentes regiões do Brasil.

Outro ponto relevante, identificado durante a pesquisa, foi a importância de uma abordagem interdisciplinar e transversal da Educação Ambiental, que deve permear não apenas as disciplinas específicas, mas todo o currículo escolar. Quando a Educação Ambiental é tratada como um tema isolado, perde-se a oportunidade de integrá-la efetivamente ao desenvolvimento de habilidades críticas e práticas, que são essenciais para que os alunos compreendam a complexidade dos desafios socioambientais contemporâneos. A integração da tecnologia também surge como uma potencial aliada nesse processo, permitindo um ensino mais dinâmico, interativo e acessível, mas apenas se as desigualdades no acesso a essas tecnologias forem superadas.

Além disso, a pesquisa indicou que a implementação de políticas públicas mais inclusivas, que considerem as realidades locais e culturais das diversas regiões do Brasil, é fundamental para garantir que a Educação Ambiental seja eficaz e capaz de gerar impactos reais. Nesse sentido, a Educação Ambiental deve ser uma ferramenta que respeite as especificidades locais e contribua para a formação de uma sociedade mais consciente e comprometida com a sustentabilidade, e não uma imposição homogênea de práticas que podem não ressoar com as experiências locais.

Por fim, as considerações finais reforçam a necessidade de um esforço coletivo para superar as barreiras existentes. As políticas públicas de Educação Ambiental devem ser vistas como uma responsabilidade compartilhada entre o governo, as escolas, as comunidades e a sociedade civil. Para alcançar os ODS, especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), é imprescindível que haja uma articulação mais efetiva entre os diferentes atores sociais e uma maior alocação de recursos para a formação de educadores, para a produção de materiais pedagógicos atualizados e para a implementação de práticas educacionais que se alinhem com os desafios ambientais contemporâneos.

Portanto, para que a Educação Ambiental se consolide como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento sustentável, é necessário superar os desafios identificados e fortalecer a implementação das políticas públicas, garantindo que elas sejam inclusivas, interdisciplinares e capazes de gerar impactos transformadores em longo prazo. O comprometimento das diversas esferas governamentais e da sociedade civil será decisivo para que a Educação Ambiental atinja seu pleno potencial, contribuindo não apenas para a formação de cidadãos mais críticos e informados, mas também para a construção de um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

GRANDISOLI, Edson; CORDEIRO CURVELO, Eliana; NEIMAN, Zysman. Políticas Públicas de Educação Ambiental: História, Formação e Desafios. *Revista BEA*, v. 16, n. 6, p. 321-347, 2021. Disponível em: <https://www.revbea.com>. Acesso em: 9 jan. 2026.

MONTEIRO, Rhadson Rezende; PEREIRA, Aisha Barreto; SILVA, Laurindo Jesus da; NASCIMENTO, Eliseu Bezerra Vieira do; SANTOS JÚNIOR, Jones Emanuel dos. Legislação, Ecoética, Educação Ambiental e ODS 4: Desafios na Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e Metas do ODS no Brasil. *JURES*, v. 16, n. 30, 2023. Disponível em: <https://www.jures.com>. Acesso em: 9 jan. 2026.

SANTIAGO, Laura; SABINO, José. Educação Ambiental Formal: A Importância de Políticas Públicas para Sua Efetivação. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 1-15, jan. 2023.

VIANNA, Pedro Henrique Farias; GÓIS, Douglas Vieira; DUARTE, Francinéia Araújo; CONCEIÇÃO, Creilson de Jesus; PORTELA, Irlan Marques Cunha; OLIVEIRA, Laís dos Santos; AMORIM, Walter Machado de; PEREIRA, Sara Yasmin Lima; RODRIGUES, Tatiane de Araújo; PRAZERES, Alessandra Patrícia Ribeiro dos. Políticas Públicas para a Integração da Educação, Tecnologia e Sustentabilidade no Ensino Básico e Superior. *Revista Campo da História*, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2024.